

Comunicabilidade e dialogismo: aproximações epistemológicas entre William Stephenson e Mikhail Bakhtin

Communicability and dialogism: epistemological relations between William Stephenson and Mikhail Bakhtin

Gustavo Said

gsaid@uol.com.br

*Professor da Universidade Federal do
Piauí, Brasil.*

Michael Stricklin

mstrick44@yahoo.com

*Professor da Universidade Federal do
Piauí.*

Resumo

Este trabalho começa com perguntas de natureza ontológico-epistemológica: uma pessoa pode pensar de forma independente? Somos os autores de nossos pensamentos? Como podemos saber? Para responder a estas perguntas, tentamos aproximar as ideias de Mikhail Bakhtin e a proposta metodológica de um Estudo Q. A comparação, sobretudo em nível epistemológico, entre os pensamentos do filósofo russo e do criador da metodologia citada, o físico e psicólogo inglês William Stephenson, pode conduzir a questões norteadoras do artigo ora apresentado: a subjetividade se expressa no diálogo e na comparação entre diferentes vozes, de acordo com Bakhtin, e, portanto, pode ser expressa metodologicamente e testada por meio de um Estudo Q?

Palavras-chave: epistemologia da comunicação, intersubjetividade, dialogismo, Estudo Q.

Abstract

This paper begins with questions of an ontological-epistemological nature: Does a person think independently? Are we the authors of our thoughts? How can we know? To address these questions, we try to bring ideas of Mikhail Bakhtin to bear on Q Methodology. Comparing the thinking of the Russian philosopher with that of the English physicist and psychologist William Stephenson led to questions that guide our thoughts more specifically: subjectivity is expressed in dialogue and in comparison between different voices, according to Bakhtin, and can therefore be methodologically expressed in a discourse and tested by way of a Q-study?

Keywords: epistemology of communication, intersubjectivity, dialogism, Q-study.

Introdução

A formação da subjetividade individual sempre foi um tema controverso nas Ciências Humanas e Sociais. *Grosso modo*, as discussões se dividiam entre duas correntes epistemológicas: o subjetivismo idealista, que pregava a total e completa formação do sujeito conforme sua livre atuação e o papel de sua consciência no meio social, e o objetivismo

abstrato, que via o sujeito amarrado à cultura e à linguagem, preso às estruturas de diversas ordens. Em ambas, não era possível pensar o sujeito fora dos quadros de um psiquismo individualista regido pela consciência nem de uma lógica metafísica que retirava dele toda e qualquer liberdade de ação.

Das primeiras décadas do século XX até agora, muita coisa mudou no estudo da subjetividade. No entanto, da

ideia de inconsciente da psicanálise freudiana ao conceito de *self* dos primeiros interacionistas simbólicos, da fenomenologia humanista de Heidegger ao existencialismo sartreano, passando pela psicologia da *gestalt* e pela psicologia cognitivo-comportamental, os diferentes aportes, nas diversas subáreas do conhecimento, traduzem quase sempre as mesmas questões de fundo ontológico-epistemológico: quem é o sujeito? Como ele se forma? Qual o papel dos outros na formação da subjetividade? Por conseguinte, permanece a dúvida de ordem metodológica: é possível descrever e analisar a subjetividade? Como é possível percebê-la?

Em 1935, o físico e psicólogo britânico William Stephenson criou um método de estudo da subjetividade conhecido por Q. Essa metodologia possibilita uma tradução objetiva de fenômenos subjetivos, através da comparação dos pontos de vista de membros de um grupo, estabelecendo relações entre a opinião ou impressão dos respondentes, com relação a uma determinada amostra de variáveis. Seu objetivo principal é identificar em processos interativos interpessoais o conjunto de elementos que conformam a subjetividade individual.

Lago *et al.* (2006) explicam que a Metodologia Q foi desenvolvida especialmente para estudar a subjetividade humana, que é entendida, nesse caso, como o campo afetivo composto por sentimentos, motivações, atitudes, crenças e opiniões de cada indivíduo. Articulados, estes elementos conformam um sistema através do qual as pessoas analisam o mundo e, a partir daí, tomam suas decisões, baseadas nas relações que estabelecem com outras pessoas. Segundo Roman e Apple (1990), a subjetividade não pode ser identificada apenas com o que ocorre na cabeça das pessoas, uma vez que, na medida em que ela abarca a consciência humana, é necessário reconhecê-la como assimétrica, como determinada por múltiplas relações de poder e interesses de classe, raça, gênero, idade e orientação sexual. Acresça-se a isso a ideia de que, como processo que é instituído nas relações intersubjetivas, a subjetividade só pode ser mediada por fenômenos comunicacionais e de linguagem. Posto isso, o conceito de subjetividade deve ser discutido e problematizado em relação à consciência e à interação simbólica.

Consciência, subjetividade e comunicação são conceitos que se articulam na proposta teórico-metodológica de Stephenson. Eles se coadunam num outro conceito, criado por Stephenson para designar as formas de autoexpressão que resultam – e só podem ser parte – da interação social: comunicabilidade. Nesse sentido, não é forçoso admitir que há na Metodologia Q rastros epistemológicos de uma filosofia da consciência e de uma filosofia da linguagem, com base numa ontologia da intersubjetividade que concebe a relação de complementaridade e de mútuo desenvolvimento entre o sujeito e a alteridade (eu e o outro, em vez de eu *versus* o outro).

Ao assumir uma posição ontológica socioconstrucionista e, por conseguinte, considerar a construção da subjetividade individual dentro de uma rede de relações pessoais situadas num domínio simbólico comum, com ênfase na intersubjetividade, a Metodologia Q se aproxima do pensamento do filósofo russo Mikhail Bakhtin, que, segundo Clark e Holquist (1998), diferentemente de outros filósofos, construiu uma filosofia da linguagem que coloca “a dinâmica social da prática observável da linguagem como a força especificadora que estrutura as relações interpessoais no *Zwischenwelt*, ou ‘mundo na consciência intermédia’” (*ibid.*, p. 36). Cumpre ressaltar que Bakhtin e Voloshinov, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2004), cuja primeira edição é de 1929, já propunham a ultrapassagem da aporia representada pela dicotomia entre subjetivismo idealista e objetivismo abstrato, seja porque, no primeiro caso, a língua é vista como um ato meramente individual, descurando de seu caráter social, seja, como na segunda proposta, pela supressão da consciência linguística dos interlocutores nas situações concretas, históricas e reais de uso da língua. Na obra citada, o foco da análise é desviado da língua para a linguagem, entendida como forma específica – histórico-social – de interação entre sujeitos intercomunicantes. Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem deve considerar o contexto (o lugar, o tempo), as características e intenções dos interlocutores, as semiologias verbais e não verbais, as formas de interação, tudo aquilo que participa da construção do sentido de um discurso.

É importante frisar que a ideia exposta na obra citada indica o momento (por volta de 1929) em que Bakhtin ultrapassa o transcendentalismo saussureano e adota a teoria pragmática dos signos de Peirce (Holquist, 1990), com sua ideia de movimentos e deslocamentos constantes (em vez de estudar os signos, Peirce concentra-se no estudo da semiose, ou seja, na produção ininterrupta de significados). A propósito dos objetivos desse artigo, há que se chamar a atenção para o fato de que essa mudança operada no pensamento do filósofo russo é paralela à carta de Stephenson publicada na revista *Nature*, em 1935, na qual ele lança as bases da Metodologia Q como alternativa aos métodos até então empregados para o estudo da subjetividade baseados na focalização de uma ou mais variáveis estanques e na ideia de consciência como um conceito mental ou um estado da mente isolável. Stephenson objetivava recuperar a noção de processo comunicacional, apontando para a relação triádica entre o *self*, a alteridade e o real.

Em Bakhtin, a formação da subjetividade individual está relacionada à interação sógnica. Com efeito, a língua é pensada na sua instabilidade, como um fluxo ininterrupto de atos de fala capazes de atribuir valor aos objetos. Daí se relacionar três possíveis desdobramentos dessa assertiva: 1) não há consciência do eu sem linguagem, quer dizer, a consciência só pode surgir e se afirmar se for materializada em signos; 2) não há consciência do eu sem o outro,

ou seja, o pensamento humano só se torna pensamento autêntico sob as condições de um contato vivo com o pensamento dos outros, materializado na voz dos outros, na consciência dos outros, que só pode ser expressa na palavra (Bakhtin, 1997b); 3) portanto, não há eu nem outro que não se expresse em termos de linguagem. Bakhtin percebe no signo linguístico seu aspecto social e ideológico, que relaciona a consciência individual com a interação social. Para além da análise das condições de produção dos discursos, sobretudo no tocante às obras literárias, Bakhtin, no entanto, não detalha como a configuração teórica de seu pensamento pode se articular a operações metodológicas que possibilitem o estudo da subjetividade dentro da rede de interações sócio-culturais que conformam o contexto social em que se molda interdiscursivamente o sujeito. De qualquer modo, fica claro que o método de Bakhtin é o método da abertura, da incompletude, da eterna mudança.

Na tentativa de relacionar o pensamento do filósofo russo com a metodologia desenvolvida por William Stephenson, esse texto parte de uma questão – a subjetividade se conforma e se expressa no diálogo e no confronto de diferentes vozes, como pensa Bakhtin? – e segue por uma possível resposta à mesma, por sua vez encadeadora de uma nova pergunta: se a resposta for afirmativa, os fatores de um Estudo Q podem representar em termos metodológicos esse diálogo entre vozes, o ponto comum em que o pensamento subjetivo pode ser intuído do contato com o pensamento dos outros, materializado na relação expressa com outros pensamentos?

Destarte, a relação entre as concepções de Bakhtin e a Metodologia Q só pode se encetar dentro de um mesmo quadro epistemológico, assumindo-se como plausível o argumento de que as ideias desenvolvidas por Stephenson pertencem também ao domínio da filosofia da linguagem e da filosofia da consciência, nas quais se inscreve a obra bakhtiniana. Por suposto, assumindo-se que a metodologia criada por Stephenson é apenas parte de um constructo teórico mais amplo, a noção de subjetividade deverá ter elementos comuns em ambas as proposições: haverá sujeito consciente de seus pensamentos em Bakhtin e na Metodologia Q? Para essas duas propostas, o sujeito é o autor exclusivo e único dos seus pensamentos? Ou o sujeito é produto da intersubjetividade?

O ponto central apresentado nesse artigo é que os pensamentos e, por conseguinte, a consciência são resultantes de relações intersubjetivas. Mas essas relações não tornam o sujeito refém do 'outro'. Ao contrário, para Bakhtin, segundo Oliveira (2008, p. 108), “nossa subjetividade é formada a partir do outro, não nos fundimos nele. Produzimos sempre algo novo. O sujeito cria em resposta às imagens que lhe são dadas pelo outro”.

Por suposto, depreende-se que a relação com a alteridade, para Bakhtin, tem sempre um aspecto transformador e, possivelmente, enriquecedor, no que tange à formação

das subjetividades. Na análise de obras literárias, Bakhtin percebe um conjunto de vozes que se expressam no texto. Essas vozes se manifestam de forma interativa, o que sugere existir em cada texto uma heteroglossia dialogizada. Pode-se pensar analogamente em termos da construção da subjetividade: a presença de vozes variantes em diálogo na consciência de um indivíduo pode ser demonstrada?

O objetivo desse texto é, exatamente, discutir a possibilidade de, usando-se a Metodologia Q e comparando-se os conceitos de dialogismo (Bakhtin) e comunicabilidade (Stephenson), demonstrar a polifonia que performa a subjetividade individual.

1. A subjetividade em Bakhtin

Para Bakhtin (1997b), ser significa ser “através do” e “para o” outro. Essa afirmação tem uma implicação social muito clara para os estudos da subjetividade, na medida em que postula que não existe sujeito que não se constitua na relação com a alteridade, dentro de certos contextos históricos. Para tanto, Bakhtin se apoiou nos textos do filósofo Martin Buber, que faz uso das palavras-princípio “Eu-Tu” e “Eu-Isso”, que exprimem, respectivamente, a comunhão ou o contato entre um sujeito e outro sujeito, instauradora da relação, tão fundamental para a constituição do ser humano, e a associação entre um sujeito e um objeto, que instaura a experiência. Assim, em Buber, a vida é um diálogo, pois no princípio está a relação. Em termos ontológicos, isso implica que a realidade é relacional e que, por conseguinte, os sujeitos se constituem intersubjetivamente.

No bojo da sua proposição, Bakhtin (1997a) compreende o processo de formação da subjetividade a partir de três categorias que se coadunam: a imagem que tenho de mim (eu-para-mim), a imagem que tenho do outro (o-outro-para-mim) e a imagem que o outro tem de mim (eu-para-o-outro). É na discussão sobre as categorias o-outro-para-mim e eu-para-o-outro que Bakhtin lança a ideia de excedente, afastando-se do conceito de reconhecimento de Hegel, uma vez que o autor russo critica o fato de a dialética hegeliana instituir a consciência como um ‘terceiro’, como o resultado da interação entre duas ou mais consciências, que se apagam para a constituição e criação de uma nova consciência (tese-antítese-síntese). Em Bakhtin, diferentemente de Hegel, o outro não é a negação ou a antítese do ser, porque ser significa ser para o outro e para si mesmo. Por conta do aspecto relacional que a subjetividade comporta, Bakhtin pensa que os sujeitos estão em constante transformação, mas não podem ter sua subjetividade apagada por completo, para dar origem a algo totalmente novo.

Segundo Oliveira (2008, p. 118), no pensamento de Bakhtin, o conceito de excedente é central “porque define o que cada sujeito tem de particular. A partir da noção de

excedente [...] é que podemos ter uma imagem completa do outro, enquanto que a totalidade de cada um é sempre aberta e muda a todo momento”.

Do ponto de vista epistemológico, assim como a língua, que não conserva sua identidade, o sujeito não é compreendido como um todo acabado, ontologicamente dado e subscrito apenas a uma natureza interior ou exterior. Ao contrário, ele se torna e se forma na relação continuada com os outros, na experiência e na vivência tornadas comuns e compartilhadas via linguagem. Neste sentido, Bakhtin imagina o sujeito como estando sempre apto à mudança, um sistema aberto, disposto a mudar, que pode consentir em ouvir o outro e assumir partes de sua mensagem. Sendo assim, o diálogo sempre acontece de forma indeterminada, e as mudanças nem sempre são consentidas, confirmando o aspecto ideológico dos discursos, a desigual repartição do poder entre os indivíduos e o lugar distinto que ocupam no contexto social. Seja de forma intencional ou não, a relação que se consubstancia na comunicação afeta o indivíduo inevitavelmente.

A inevitabilidade e a imprevisibilidade da mudança que as interações sócias (leia-se, de forma geral, processos comunicacionais) promovem nos sujeitos não são o ponto central da reflexão bakhtiniana, mas por correlação formam um tema importante de pesquisa e discussão. Em parte tributário daquilo que se pode conceber como uma fenomenologia da relação intersubjetiva, Ciro Marcondes Filho (2008), por exemplo, ressalta que os fenômenos comunicacionais são, assim como os fenômenos quânticos, incapturáveis e provocam consequências nos participantes, alterando seu estatuto anterior. Em outras palavras: a comunicação é aquilo que transforma os sujeitos que estão atados numa relação. Na análise dos fenômenos comunicacionais, conta muito, segundo o autor, a consciência do que está ocorrendo. Isso é conseguido via intuição sensível que leva em conta, por seu turno, a intuição intelectual antes e depois do fenômeno analisado, recuperando a ideia de processo e, em termos filosóficos, o conceito de duração de Bergson. Urge, portanto, questionar: se a mudança sempre acontece, ela poderá ser não consentida e/ou até inconsciente? Considerando o lastro da produção intelectual do autor citado, parece que, sim, os sujeitos podem não se dar conta dessa transformação causada pela comunicação. Pode-se encaixar aqui, então, a ideia do inconsciente freudiano e situá-lo no contexto da reflexão bakhtiniana?

Apesar da crítica feita por Bakhtin ao ‘biologismo’ de Freud, que, segundo ele, descurou dos aspectos sociais de formação do sujeito, não está claro se Bakhtin assume a existência do inconsciente nos moldes estabelecidos pelo pai da psicanálise. Mesmo assumindo que o sujeito é formado pela linguagem em contextos nos quais distintas vozes se interpenetram, depreende-se que o filósofo russo não tenha tentado analisar a formação da subjetividade dialógica fazendo uso do aporte hermenêutico da psicaná-

lise freudiana e, muito menos, do rigor formal do inconsciente estruturado como linguagem, de Lacan, para quem, ao contrário do que afirma Bakhtin, o outro é fonte de alienação do sujeito, o que sugere uma ontologia de outra natureza em que o sujeito se relaciona de forma monológica com a alteridade: eu *versus* outro (Marková, 2003).

Se, por um lado, Bakhtin censura aspectos da proposta do inconsciente freudiano, pensado como parte de um sistema intrapsíquico, por outro, ele acredita na possibilidade de comunhão entre os interlocutores, atenuando a ideia de perda ou supressão de suas opiniões, não obstante a existência de conflitos entre eles, sobretudo em função da disparidade de prevalência de certos discursos em distintos contextos. Em desacordo com a ontologia da psicanálise de Freud no tocante à intersubjetividade, Bakhtin imagina um conjunto de opiniões articuladas, em permanente diálogo, para formar novos conjuntos de opiniões que resvalarão na construção da subjetividade. Sendo assim, a posição ocupada por cada sujeito, inscrito num dado contexto histórico-social, permite-lhe perceber o mundo a partir de ângulos de visão específicos e diferenciados. É isso o que pode ser entendido como excedente de visão: “o que vejo do outro é justamente o que só o outro vê quando se trata de mim” (Bakhtin, 1997a, p. 43).

Para Bakhtin, as palavras do outro têm um poder de complementação, de preenchimento. O sujeito, nesse sentido, se inscreve numa falta (mais uma vez: não no sentido da psicanálise, sobretudo lacaniana) e usa a interlocução com a alteridade para preenchê-la, para completar-se. A medida de cada sujeito e do mundo no qual ele se insere é garantida pelas palavras que o outro lhe dirige e, sendo assim, nessa tensão entre palavra própria e palavra do outro é que o sujeito se constitui e se percebe enquanto tal (Barbosa, 2001). Em outras palavras: o indivíduo assume uma consciência de sujeito na relação com o outro. Da constatação dessa relação tensa nascem dois conceitos fundamentais ao pensamento do filósofo russo: a exotopia e o dialogismo.

Na perspectiva bakhtiniana de formação de uma subjetividade relacional, o conceito de exotopia está associado ao conceito de dialogismo, uma vez que no acontecimento dialógico a palavra do outro completa o sujeito. Sobre essa discussão, Tezza (1996, p. 22) pondera: “[...] pressuposto da visão de mundo bakhtiniana, a exotopia é o fato de que só o outro pode nos dar acabamento, assim como só podemos dar acabamento ao outro”. Nossa subjetividade, neste sentido, é um processo sempre aberto e mutável, na medida em que nos imaginamos sob o olhar do outro e com ele, a todo momento, inevitavelmente interagimos. Dessa forma, Bakhtin critica a ideia de sujeito dialético de Hegel e, por outro lado, substitui o sujeito psicológico pelo sujeito dialógico.

Dialogismo e exotopia são, portanto, os elementos basilares para a constituição do sujeito na perspectiva de Bakhtin. Com esses conceitos, Bakhtin considera que todo

ato de fala se dirige a um interlocutor, daí instituindo uma relação, por sua vez constituidora de processos formativos do sujeito. A alteridade, como fenômeno de linguagem e de percepção individual, instala-se e se revela nessa relação, no diálogo que encetam os sujeitos que estão envolvidos em trocas comunicacionais. Além disso, os atos de fala podem se originar em diálogos anteriores, que se constituíram em distintos contextos histórico-geográficos. Portanto, a enunciação é modelada pela relação com cada interlocutor, sendo produto da interação social, que acontece, por seu turno, conforme as características do contexto histórico. A palavra assume os vários sentidos que lhe conferem os distintos contextos sociais, e sua apropriação é feita de forma diferente por cada falante em situações comunicativas bastante específicas. Como o ato de enunciação requer a presença do outro, ainda que de formas variadas, depreende-se que a consciência se modela de modo intersubjetivo num dado contexto social.

Decerto que o aspecto social do discurso tem peso notável na teoria de Bakhtin (1997b) sobre a formação da subjetividade. Nesse percurso teórico, a tomada de consciência ocorre no contato interativo com outros indivíduos que se encontram também em permanente processo de subjetivação. Segundo Oliveira (2008), é no ponto desse contato entre vozes-consciências que nasce e vive a ideia. Por isso, na avaliação da autora citada, a consciência individual será sempre descentralizada, pois os signos só existem no terreno interindividual. A consciência é linguística, o que faz dela ao mesmo tempo um fato objetivo e uma força social que não se restringe ao *cogito* cartesiano. “O individual é permeado pelo social: desenvolvemos nossa individualidade por meio dos eventos sociais e do contato com diferentes discursos” (ibid., p. 04). Consciência e subjetividade não se confundem, mas estão intimamente relacionadas, pois não são dados *a priori* que dependem exclusivamente de características herdadas ou inatas. Ao contrário, seu aspecto ontológico é substituído pela sua pulsação histórica, pela sua capacidade de vir a ser.

Com o conceito de dialogismo, pode-se concluir que todo discurso tem aspectos coautorais, porque nenhum discurso pertence única e exclusivamente a seu autor. É claro que todo autor de um discurso utiliza uma forma particular de orquestrar certas vozes, conforme também o discurso interior, que, segundo Bakhtin, é a forma semiótica da consciência, a maneira como os discursos exteriores são reproduzidos na mente de cada um.

Ainda segundo Oliveira (2008), o discurso interior, ao ser exteriorizado, passa a agir sobre o mundo, a influenciar outros discursos e, por conseguinte, os sistemas que regem uma determinada sociedade:

Alojando a linguagem em posição central na medida em que ela forma o sujeito no discurso interior, Bakhtin imagina a formação da subjetividade como

uma conversação, uma luta de vozes falando de posições diferentes e investidas de diferentes graus e tipos de autoridade. (Ibid., p. 05).

A interação entre diferentes discursos é uma das condições para a formação da consciência. “A estrutura semântica da palavra interiormente persuasiva não é terminada, permanece aberta, é capaz de revelar sempre todas as novas possibilidades semânticas em cada um dos seus novos contextos dialogizados” (Bakhtin, 1988, p. 146). E o filósofo russo conclui, ressaltando o caráter redentor da alteridade para a formação do sujeito: “Na vida, depois de vermos a nós mesmos pelos olhos do outro, sempre regressamos a nós mesmos” (Bakhtin, 1997a, p. 37).

Alteridade e sujeito situam-se num codomínio, num domínio comum: a palavra. Bakhtin rompe, assim, com a aporia que separava os estudos sobre a subjetividade nas matrizes subjetivista e objetivista. O sujeito bakhtiniano é constituído por um ‘outro’ social e histórico.

2. A subjetividade na Metodologia Q

Qual o conceito de subjetividade trabalhado na Metodologia Q? Como esta metodologia analisa os elementos que constituem a subjetividade?

Smith (*apud* Bigras e Dessen, 2002) afirma que este método é constituído por um *concourse* (grupo de afirmações, figuras ou outros itens) sobre um tópico. Com base nisso, os respondentes são instruídos a classificar os itens em categorias subjetivas que vão, por exemplo, de ‘gosto mais’ (+5) para ‘gosto menos’ (-5). Essa classificação é chamada de Q-Sort. Finda essa etapa, são feitas as correlações entre as classificações individuais. Note-se, portanto, que as correlações são feitas entre sujeitos e não entre testes ou medidas. Isto quer dizer que as pessoas que classificam itens de modo similar são correlacionadas, usando-se análise fatorial da matemática, com as outras que manifestam atitude correspondente: “Com base nas correlações individuais, extrai-se [*sic*] agrupamentos de correlações denominados fatores que, por sua vez, mostram os pontos de vista compartilhados pelas pessoas. Portanto, usando este método, podemos identificar pessoas que são similares e diferentes a outras em um determinado fator” (Bigras e Dessen, 2002, p. 01).

Diferentemente de outras abordagens metodológicas, que procuram predizer o comportamento da pessoa a partir de uma característica em particular, a Metodologia Q trata de entender o ponto de vista da pessoa de uma forma geral, enfatizando como essa visão coincide com a de outras pessoas. Neste sentido, Q é uma metodologia de análise sistêmica que aponta para as relações estabelecidas entre opiniões de diferentes pessoas num dado contexto.

Para a Metodologia Q, apesar da imprecisão do conceito e do seu aspecto não consensual, a subjetividade constitui o marco de referência que possibilita aos seres humanos definirem e expressarem seu próprio mundo (mundo interior) na relação com o mundo objetivo (mundo exterior). Ela pode ser entendida como um sistema complexo formado por atitudes, crenças, motivações e valores.

A complexidade significa que há elementos desse sistema que podem não ser conhecidos, e que há relações entre os mesmos que se ignoram. Adicionalmente, nenhum desses elementos pode ser compreendido se for considerado isolado dos demais. Q permite tornar visível esses elementos e as relações que existem entre eles por meio da classificação (Q sorting) que cada pessoa efetua. Não são características isoladas as que emergem, é o 'todo' organizado, com um significado que é específico a essa pessoa, e que pode ser interpretado porque não é uma característica isolada que está sendo tratada, mas sim o todo. (Lago et al., 2006, p. 06).

Percebe-se, assim, o caráter sistêmico e complexo da constituição da subjetividade que é revelado pela Metodologia Q. O que pode ser epistemologicamente conhecido da subjetividade resulta de um complexo, dinâmico e histórico emaranhado de relações entre pessoas que se expressa nos fatores de um Estudo Q. Se a subjetividade é constituída dessa maneira, por conseguinte a consciência também se forma na medida em que os sujeitos se autodefinem nessa rede de relações interpessoais. Stephenson (1993) afirma que, na intencionalidade subjetiva, a complexidade é a ordem natural das coisas.

O método Q pode, então, ajudar a responder a seguinte pergunta: há concordância ou discordância de opiniões entre os respondentes e de que modo isto ocorre? (Bigras e Dessen, 2002). A comparação de opiniões convergentes, complementares ou, às vezes, contraditórias pode ser extremamente valiosa para a pesquisa, mas deve ser entendida dentro de um escopo epistemológico, apresentado a seguir.

Em muitas ocasiões, Stephenson defendeu uma abordagem epistemológica de natureza quântica para as ciências subjetivas (ciências de abordagem subjetiva, dentre elas, especialmente a psicologia, a comunicação e a ciência política), destacando, nesse sentido, conceitos importantes para a física quântica que poderiam também balizar os estudos dessa modalidade de ciência: complexidade, complementaridade e imprevisibilidade. Stephenson deixa claro essas ideias em alguns artigos: *Q-methodology, Interbehavioral Psychology, and Quantum Theory*, de 1982, e *Quantum Theory and Q-methodology: Fictionalistic and Probabilistic Theories Conjoined*, de 1983 (Stephenson, 1987).

Nos artigos citados, Stephenson reivindica um novo estatuto para as ciências subjetivas, ao refutar a noção de

subjetividade como consciência substantiva e associá-la ao conceito de comunicabilidade, intuindo que o conhecimento é também gerado em situações dialógicas, processo que ele chama de *conscire*, e não como um *a priori* da razão. A subjetividade não se reduz à consciência, depreende-se, porque, para o físico e psicólogo inglês, os homens são criaturas comunicantes e a subjetividade deve ser entendida como autorreferência relacional, em contextos específicos e mutáveis. Isso afasta o pensamento de Stephenson da ideia de consciência transcendental de Hegel, na qual a reflexão autorreferente totaliza o mundo e se integra completamente a ele. Para o autor inglês, implica relativizar e amplificar a noção de consciência, pois não existe um mundo estável e apenas uma consciência transcendente (o Espírito, em Hegel), sem, no entanto, descurar do aspecto relacional e intersubjetivo que conforma a consciência do sujeito no mundo. A consciência é sempre mutável e alcançada apenas em função de interações entre distintas subjetividades que se expressam em contextos relacionais, numa ontologia que parte da aceitação de que a intersubjetividade reduz as distâncias entre os sujeitos porque torna possíveis a criação e o compartilhamento do conhecimento cultural e social. É daí que resulta o conceito de comunicabilidade, com sua consequente importância para a formação da consciência: comunicabilidade é a maneira como cada um expressa algo sobre si mesmo e sobre o mundo, quer dizer, expressa sua subjetividade num contexto de altíssima interação com os outros.

Consciência e subjetividade, em Stephenson, se relacionam, mas não se equiparam. Irvin Goldman (1999) comenta a crítica e a rejeição de Stephenson ao pensamento hipotético-dedutivo, ao determinismo e a qualquer análise associada a conceitos categóricos abstratos. Goldman (1999) se refere à dualidade corpo-mente, concebida por Descartes, como um mito quase universalmente aceito, e toma emprestado de Stephenson a noção de subjetividade como condição para ver as coisas exclusivamente por meio da própria mente (Stephenson, 1972). Num primeiro momento, esta definição de Stephenson parece se opor ao conceito de dialogismo, de Bakhtin, mas, ao contrário, o que o pensador inglês está indicando é que, em última instância, apenas o próprio sujeito pode ser a fonte do que ele significa: "*only I can be the source of what I mean*" (note-se que, em inglês, há um duplo sentido na afirmação "*only I can be the source of what I mean*", uma vez que o verbo *to mean* pode também significar 'querer dizer'). Assim posto, a subjetividade depende da consciência individual, que se forma num contexto específico de trocas intersubjetivas.

Como na física quântica, de acordo com a proposta epistemológica de Stephenson, Q modela a autorreferência de forma complementar, uma vez que os fatores de um Estudo Q fornecem pistas para compreender o processo de formação da subjetividade, tanto em termos individuais quanto sociais, numa clara ligação com os postulados do

filósofo Martin Buber e numa evidente leitura do interacionismo simbólico de George Herbert Mead, sobretudo da ideia de que o *self* é essa zona de trânsito entre o indivíduo e o grupo social. Nesse caso, há mais do que uma coincidência de datas; há coincidência de títulos: em 1938 foi publicado o livro *The Philosophy of the Act*, de Mead, contendo os postulados sobre a importância do brincar e do jogo, com suas devidas diferenças, no processo de internalização do 'outro' na vida infantil; no começo da década de 20, Bakhtin escreveu um livro com o mesmo título, *The Philosophy of the Act*, contendo a versão primeira do pensamento que conduz ao conceito de dialogismo; também na década de 20, a evolução da mecânica quântica fez com que ela se tornasse a formulação-padrão para a física atômica. Sua aceitação aconteceu depois da publicação dos trabalhos de Schrodinger e Heisenberg, em 1925, e, sobretudo, após a realização da Conferência de Solvay, em 1927; Stephenson cria a Metodologia Q em 1935 e anos depois, em 1967, publica *The Play Theory of Mass Communication*, apontando especificamente que as atualizações do *self* são o resultado de um jogo lúdico, do qual participam vários agentes em contato com os meios de comunicação. A questão que deve ser colocada, então, é: os fatores de um Estudo Q representam essa relação entre diferentes sujeitos?

Stephenson fornece pistas para responder à questão lançada, conjugando diferentes aportes teóricos e apostando na congruência entre física quântica e análise fatorial. Na versão bakhtiniana da semiótica de Peirce, por exemplo, um diálogo cria uma nova relação pela confrontação do outro-para-mim com o eu-para-mim. Os confrontos podem continuar, produzindo novos relacionamentos. O resultado do diálogo, então, é um novo texto, de coautoria do eu-para-mim e do outro-para-mim. Comparativamente, em um Estudo Q é feita a correlação dos Q-sorts (classificações individuais) recolhidos pelo pesquisador. Essas classificações são submetidas à análise fatorial. Com os fatores devidamente extraídos, os sujeitos-classificadores são agrupados, de tal forma a se perceber a correlação (intersubjetividade) entre eles em termos objetivos (cargas extraídas pela análise fatorial) e subjetivos (classificações individuais justificadas). Assim, aceita a versão da semiótica de Bakhtin, ou seja, de que o eu-para-mim, no confronto e no diálogo com o outro-para-mim, produz uma nova relação, isso pode ser rigorosamente percebido pela metodologia de Stephenson. Portanto, pode-se dizer que um fator de um Estudo Q é um novo texto coautorado por aqueles sujeitos que preencheram o Q-sort (classificação) de forma similar, o que é percebido apenas após a extração fatorial. Antes dela, como na física quântica, todas as correlações são, em tese, possíveis, porque variam conforme os contextos e as situações pesquisados.

Aprofundando a relação entre a mecânica quântica e a Metodologia Q para além de uma simples analogia, Stephenson (1987, p. 43) compara a tese sobre a imprevisibilidade de

um evento quântico e a ideia de *concourse*, que, na metodologia por ele criada, é a soma de todas as coisas que as pessoas podem dizer ou pensar sobre o tema investigado:

[...] the thousand meanings entail the 'conflicting possibilities' to which quantum theory applies [...] constitute Q methodology's concurrence, the self-referential statements from which Q samples are drawn, Q technique applied, and quantumized factors found in a given context.

Vista dessa forma, a análise da subjetividade depende da correlação de inúmeros fatores e da complementaridade de inúmeras variáveis. Ela pode ser entendida como uma possibilidade, dentre tantas possíveis, em contextos nos quais a comunicação interpessoal acontece de forma imprevisível.

Pode-se concluir, seguindo-se o pensamento de Stephenson, que o contexto social em que se mesclam os inúmeros enunciados que formam o *concourse* (a coleção mutável e interativa de textos sobre um tema, ou seja, comunicabilidade) assume um peso importante na Metodologia Q, aparecendo na forma de ideias e opiniões compartilhadas, seja de maneira confrontacional ou conciliatória, como percebe Amanda Wolf (2011, p. 52) comentando o trabalho de Eefje Cuppen:

If people are to 'meet new ideas', they must know their own ideas [consciência ou discurso interior] and be able to exchange them with others [discurso exterior]. In addition, they must be able to move beyond the mere shared content of their ideas to consider content which is individually unique [subjetividade]. The danger, however, of moving beyond shared ideas is that the dialogue can become 'confrontational', centering on different values, rather than unfolding 'constructively' by 'articulating assumptions' and 'looking creatively for ways forward' [...] Investigating assumptions can show 'where divergent perspectives converge' [...] Q assisted in selecting participants with a diversity of perspectives for dialogues. Diversity is, of course, a characteristic of a collective, not an individual.

Wolf chama a atenção para a possibilidade dos diferentes discursos se tornarem confrontacionais e ainda destaca o fato de que a diversidade é uma característica da coletividade, não do indivíduo, assumindo que, assim como em Bakhtin, o sujeito constrói sua consciência, seu discurso interior, que é único e singular, sempre de forma complementar, em relação a uma diversidade de outros discursos, ou seja, de discursos exteriores.

Em Stephenson (1987, p. 46), a ideia de uma complementaridade discursiva está bem clara. Para ele, esse con-

texto teórico torna a interação social diretamente cogente, e tudo nele é autorreferente: “the Q sorts are correlated one with another, bringing past and future into present in the process.” Comunicabilidade seria, reenfatiza-se, a possibilidade de autoexpressão que se forma num contexto específico de interação e compartilhamento de ideias, de produção de conhecimento comum (*consciring*).

Conclusão

Embora Bakhtin e Stephenson não tenham dividido o mesmo contexto histórico-geográfico e, de certa forma, não tenham as mesmas filiações intelectuais, o pensamento de ambos parece ter elementos comuns, uma vez que se inscrevem numa tradição epistemológica de cunho subjetivo-interpretativista e numa ontologia socioconstrucionista, com raízes em Kant e Peirce. De um lado, os dois autores superam algumas abstrações teóricas do subjetivismo idealista e de sua ideia de sujeito centrado numa consciência transcendente; de outro, rejeitam a generalidade da proposta positivista que confere às situações investigadas e aos dados coletados uma objetividade que suprime do sujeito aquilo que ele tem de singular e único. Criticam, assim, o fundamento epistemológico e, em consequência, o sistema conceitual-operacional da ciência moderna, iluminista. Os reducionismos de qualquer ordem – seja em função de um subjetivismo individualista que ingenuamente crê na total liberdade de ação de cada indivíduo, seja por conta de um excessivo controle do comportamento, da ação e do pensamento humanos, que se encontram atados a algum tipo de estrutura – são substituídos pela complexidade que é propriedade constitutiva das relações humanas e da subjetividade individual, entendida não como gênese do psiquismo, mas como produto do mesmo, surgida da confluência de fenômenos internos e externos ao indivíduo.

Se a aceção anterior sugere que na obra dos autores citados há revisões, críticas e apropriações da filosofia de Hegel e de Buber e ainda do interacionismo simbólico, é de se esperar, portanto, que, desde as primeiras décadas do século XX, correntes do pensamento social – incluso, principalmente, o das áreas da sociologia, da filosofia, da semiótica e da psicologia – demonstrassem de forma indubitável sua insatisfação com modelos teóricos vigentes. Na forma de uma síntese teórica que tem como escopo alguns postulados do pragmatismo filosófico, os elementos-chave que unem o pensamento de Bakhtin e Stephenson, no bojo de reflexões sobre a linguagem como prática social concreta, são os conceitos de consequencialismo, contextualismo e antirrepresentacionismo. Como pano de fundo, uma clara – e não intencional, no caso de Bakhtin – aproximação com as noções de imprevisibilidade, complexidade e complementaridade da física quântica.

Stephenson (1987, p. 54) pontua que os fatores de um Estudo Q são como saltos quânticos:

[...] what Q methodology offers is pure quantum Science, probabilistic, its concern being with the masses of the everyday common communicability people have about common things [...] and none of it involving the ‘consciousness’ of philosophy and psychology, the ‘unconsciousness’ of Freud, the behaviorism of Skinner, or any other of the many, in psychology, philosophy and social science, who have fashioned themselves on the logic of Popperian methodology [...].

Por seu turno, Bakhtin, em “O problema do texto”, propõe, a exemplo de Stephenson ao tratar das Ciências Subjetivas, que a base das ciências humanas está centrada numa hermenêutica de matriz dialógica:

As ciências humanas tratam do espírito. O espírito (o próprio e o do outro) não pode ser dado enquanto objeto (objeto diretamente observável nas ciências naturais), mas somente na expressão que lhe dará o signo, na realização que lhe dará o texto – em se tratando de si mesmo e do outro. (Bakhtin, 1997a, p. 332).

Ele continua, em “Observações sobre a epistemologia das Ciências Humanas”:

As ciências exatas são uma forma monológica de conhecimento: o intelecto contempla uma coisa e pronuncia-se sobre ela. Há um único sujeito: aquele que pratica o ato de cognição (de contemplação) e fala (pronuncia-se). Diante dele, há a coisa muda. Qualquer objeto do conhecimento (incluindo o homem) pode ser percebido a título de coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico. (Bakhtin, 1997a, p. 403).

É óbvio que Bakhtin exagera ao reafirmar o aspecto reificado do conhecimento e ao dissociar sujeito e objeto do conhecimento na área de exatas. Ele não menciona a tese da física quântica sobre a interferência do observador num experimento em que se analisa o movimento de partículas subatômicas, situação em que essa simples presença altera o ‘comportamento’ das partículas, inviabilizando o projeto de objetividade e neutralidade plenas das ciências positivas. De qualquer maneira, no livro mencionado, a consciência, para ele, é consciência do ser num mundo relacional, dialógico, num terreno comum em que se situam os sujeitos, uma espécie de comunidade interpretativa ou de linguagem, se se quiser recuperar o pensamento de Mead.

Em Stephenson, a subjetividade também não deve ser entendida como resultado da consciência individual. Ela

deve estar enraizada na ideia de *conscire*, que significa o conhecimento compartilhável em cada cultura (“I know together with...someone”). Baseando-se em textos do inglês antigo, Stephenson (1980) argumenta que a palavra *conscious* – e, a reboque, *conscience* e *consciousness* (em Descartes) – derivou de *conscire* (do latim *scio*, significando ‘conhecer’, e *con*, significando ‘com’) e não significava originalmente ‘estar atento a’ ou ‘ter consciência de’, mas ‘estar consciente com’. Ou seja, *conscire* é uma forma relacional de conhecer e de comunicar. Portanto, *consciring* significa algo comunicável, o compartilhamento de conhecimento. Em outras palavras: comunicabilidade.

Nessa ordem de entendimento, em Stephenson não há espaço para o sujeito da metafísica, autocentrado e autosuficiente, cuja consciência de si e de ser basta a si mesmo. A subjetividade é inter-relacional, porque a formação da consciência é um processo interativo. A imprevisibilidade que conforma o estudo da subjetividade é similar à que é proposta pela física quântica quando da análise do ‘comportamento’ das partículas subatômicas, como citado antes. Stephenson sugere uma aproximação entre a física e a psicologia:

It was only late in the 1970s that I could satisfy myself about the pragmatics of quantum theory in Subjective Science. It required the putting together of communication theory, concourse theory, the operancy of factors and Newton's Fifth Rule, to make tangible what had previously been mainly an exciting analogy between physics and psychology, for matter and mind. (Stephenson, 1981, p. 132).

Provavelmente, os trânsitos entre o pensamento de Stephenson e o de Bakhtin tenham sido obra do acaso, pois os dois autores não se encontraram pessoalmente e, não se sabe, nem tiveram acesso um à obra do outro. Sem o saber, ambos são coagentes de um mesmo contexto intelectual. Se a situação determina o orador e o contexto está incluso em cada autoexpressão individual, essa aproximação entre Bakhtin e Stephenson é a síntese de um grande movimento intelectual que vinha pensando os processos constitutivos do sujeito no plano social a partir da linguagem.

Assim é que, em Bakhtin, o sujeito dialógico é a expressão máxima do papel articulador da linguagem. Não se trata especificamente da mera interação, mas de um contexto interativo no qual o indivíduo se encaixa, se modela, se transforma, enfim, se pensa como sujeito. Um contexto de altíssima complexidade, onde os inúmeros agentes interagem pelo signo. Se o grupo antecede o indivíduo, como pensavam os primeiros interacionistas simbólicos, o sujeito, já formado no grupo, reconhece-se no bojo das relações que o identificam e, ali agindo, é capaz de transformar outros indivíduos, cujas vozes se misturam. Nessa rede intersubjetiva, o sujeito se torna polifônico, e a alteridade assume

um papel de complementação da visão que cada um tem de si mesmo. Na teoria da interação sócio-cultural de Bakhtin, a comunicação é uma ação de partilha social, cultural, em que se trocam modelos interpretativos que orientam a conduta, conformam as relações e constroem a subjetividade.

Tanto em Bakhtin quanto em Stephenson, a linguagem deve ser concebida não como expressão do pensamento individual ou como um sistema associativo, e sim como processo de interação entre sujeitos situados sócio-historicamente. De acordo com Stephenson, um Estudo Q possibilita analisar objetivamente a subjetividade pela correlação entre os fatores identificados, nos quais a interação com o outro pode ser expressa. Em outras palavras, um Estudo Q torna possível quantificar a relação intersubjetiva entre o eu (o ser) e o outro ou não eu (o não ser que também é), proposta pela semiótica bakhtiniana. Ao processo relacional de encontro entre diferentes subjetividades, do qual resulta o compartilhamento de conhecimento (*conscire*), Stephenson dá o nome de comunicabilidade, enquanto Bakhtin, à sua maneira, trata de denominá-lo de discurso interior, que é a forma semiótica como os discursos exteriores, do(s) outro(s), articulam-se na consciência individual. A subjetividade que emerge desses processos é complexa, complementar e imprevisível.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A.J. 1998. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo, Pioneira.
- BAKHTIN, Mikhail. 1988. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo, Hucitec.
- BAKHTIN, Mikhail. 1997a. O autor e o herói. In: Mikhail BAKHTIN, *Estética da criação verbal*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
- BAKHTIN, Mikhail. 1997b. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BAKHTIN, Mikhail M.; VOLOSHINOV, V.N. 2004. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. 11ª ed., São Paulo, Hucitec.
- BARBOSA, Maria Núbia. 2001. *O discurso pedagógico na educação tecnológica*. Curitiba, PR. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Tecnológica do Paraná.
- BIGRAS, Marc; DESSEN, Maria Auxiliadora. 2002. O Método Q na avaliação psicológica: utilizando a família como ilustração. *Avaliação Psicológica [online]*, 1(2):119-138, nov.
- CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. 1998. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo, Perspectiva.
- GOLDMAN, Irvin. 1999. Q Methodology as process and context in interpretivism, communication, and psychoanalytic psychotherapy research. *Psychological Record*, 49(4):589-605.
- HOLQUIST, Michael. 1990. *Dialogism: Bakhtin and his world*. London and New York, Routledge.
- LAGO, Adriano *et al.* 2006. Principais causas do não associativismo entre agricultores familiares do Município de Nova Palma (RS,

- Brasil) e estratégias de extensão. In: ANAIS DO CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Fortaleza, SOBER/UFCE, p. 1-13.
- MACHADO, Irene A. 2001. *O romance e a voz – A prosaica dialógica de Bakhtin*. São Paulo, Imago/FAPESP.
- MARCONDES FILHO, Ciro. 2008. Comunicação, uma ciência anexata e contudo rigorosa. In: Gustavo SAID, *Comunicação: Novo objeto, novas teorias?* Teresina, Edufpi, p. 51-65.
- MARKOVÁ, Ivana. 2003. Constitution of the self: intersubjectivity and dialogicality. In: *Culture & Psychology*. London, Sage Publications, vol. 9.
- OLIVEIRA, Miria Gomes de. 2008. Bakhtin, linguagem e os processos de formação do sujeito: implicações para uma sala de aula de leitura de textos shakespearianos. *Vertentes*, São João Del-Rei, **31**:102-139. Disponível em: http://intranet.ufsj.edu.br/rep_sysweb/File/vertentes/Vertentes_31/miria_gomes.pdf. Acesso em: 02 maio 2013.
- PEIRCE, Charles S. 1955. *Logic as semiotic: The theory of signs*. Dover Publications, Kindle Edition. Philosophical Writings of Peirce (Kindle Locations 1934-1935).
- ROMAN, L.G.; APPLE, M.W. 1990. Is naturalism a move away from positivism? Materialist and feminist approaches to subjectivity in ethnographic research. In: E.W. EISNER, A. PESHKIN (Eds.), *Qualitative inquiry in education*. New York, Teachers College Press, p. 38-74.
- STEPHENSON, William. 1987. How to make a good cup of tea. In: Steven BROWN, *Operant Subjectivity – the Q Methodology Newsletter*, Kent-Ohio, Kent State University, **10**(2):37-57.
- STEPHENSON, William. 1972. Applications of communication theory: Ii — Interpretations of Keats' Ode on a Grecian Urn. *Psychological Record*, **22**(2):177-192.
- STEPHENSON, William. 1993. Intentionality: or how do buy a loaf of bread. *Operant Subjectivity – Journal of the International Society for the Scientific Study of Subjectivity*, Kent-Ohio, Kent State University, **16**(3-4):69-90.
- STEPHENSON, William. 1980. Consciring: a general theory for subjective communicability. In: D. NIMM (Ed.), *Communication Yearbook 4*. New Brunswick, NJ, Transaction Books, p. 7-36.
- TEZZA, C. 1996. A construção das vozes no romance. In: Beth BRAIT (Org.), *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, Ed. da Unicamp, p. 219-226.
- WOLF, Amanda. 2011. Q Methodology and its applications: reflections on theory. *Operant Subjectivity – The International Journal of Q Methodology*, Kent-Ohio, Kent State University, **35**(1):48-71.